



Relatório de Gestão

Ano Económico de 2022



Índice

Introdução	3
Sistema Contabilístico	3
O Relatório de Gestão	3
Caraterização da Entidade	4
I – IDENTIFICAÇÃO	4
II – DADOS GEOGRÁFICOS	4
III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
IV – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	5
ÓRGÃO EXECUTIVO	5
ÓRGÃO DELIBERATIVO	6
VII – MAPA DE PESSOAL	7
VIII – POLÍTICA ORÇAMENTAL	7
Análise Financeira	7
Situação orçamental - Receita	8
Situação orçamental - Despesa	9
Saldos de Gerência / Tesouraria	10
Aplicações legais	11
Princípios e Regras Orçamentais	11
Principais Políticas Contabilísticas	11
Investimentos	12
Plano Plurianual de Investimentos	12
Resultado	13
Conclusão	13
Resultado líquido	13
Passivos e Ativos	13
Passivo financeiro:	13
Ativo financeiro:	13
Divergências e Justificativos	14
Divergências	14
Justificativos	14
Nota Final	14

M. S. Pereira
R. Pereira
J. Pereira
P. Pereira
ABR.



M. R. M.
P. R. M.
J. R. M.

Introdução

Sistema Contabilístico

Desde 1 de Janeiro de 2020 que as autarquias locais passaram a estar sujeitas a um novo regime contabilístico – o SNC-AP – caracterizado, de entre outros aspetos, pela introdução de um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Foi igualmente previsto um regime simplificado para Microentidades, funcionando com base na NCP26 – Norma de Contabilidade Pública 26 que se centra na Contabilidade e Relato Orçamental, o qual é aplicável às autarquias locais que apresentem nas duas últimas prestações de contas um montante global de despesa orçamental paga inferior ou igual a 1.000.000€.

As entidades que se integram neste regime apenas são obrigadas a utilizar a Contabilidade e Relato Orçamental e a divulgação do Inventário do Património. (art.º 6 da Portaria 218/2016 de 9 de agosto)

O regime simplificado é aplicável à Freguesia de Santa Luzia, em função do respetivo montante global de despesa orçamental paga nas últimas duas prestações de contas, nomeadamente 76.660,95 euros em 2020 e 87.179,83 euros em 2021.

O Relatório de Gestão

No cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Autarquias Locais) apresentam-se os documentos de prestação de contas relativos ao período entre 01 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

O presente Relatório de Contas e Documentos de Prestação de Contas relativo ao ano económico de 2022 serão submetidos à apreciação do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea e) e alínea b), do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas, não obstante a boa-fé que deve sustentar a sua elaboração, pressupõe um conjunto de documentos que procuram na experiência vivida, demonstrar a execução orçamental e financeira de um ciclo temporal, geralmente coincidente com o ano civil.

No que respeita à sua estrutura, e conforme determina a lei, foi elaborada em obediência aos princípios da clareza, exatidão e simplicidade, de forma a possibilitar a sua análise, tanto na vertente económica, como na vertente financeira, espelhando a eficiência na utilização dos

FREGUESIA DE SANTA LUZIA
RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022



meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, guiados pela ação política, tendo sempre presente os superiores interesses coletivos da população da Freguesia.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com a Instrução n.º 1/2019 – publicado no Diário de República, II Série n.º 46 de 06 de março.

Caraterização da Entidade

I – IDENTIFICAÇÃO

Designação: Freguesia de Santa Luzia

NIF: 512072469

Endereço (Sede): Estrada Regional nº48

Concelho: São Roque do Pico

Telefone: 292644226

Fax: 292644226

E-mail: jfsantaluzia@sapo.pt

Regime Financeiro: Simplificado - Micro-entidade SNC-AP

A Junta de Freguesia Santa Luzia desenvolve Atividades no âmbito da lei, vista a prossecução dos interesses próprios da população residente na respetiva circunscrição administrativa.

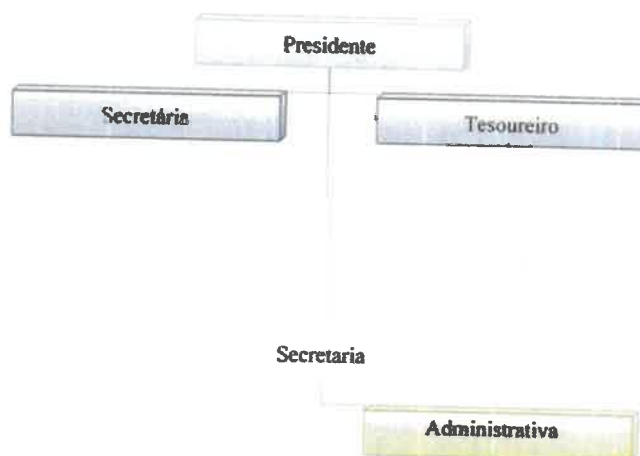
II – DADOS GEOGRÁFICOS

A Junta de Freguesia Santa Luzia, inserida no concelho de São Roque do Pico, composta por uma área de 30,69 km², com aproximadamente 436 habitantes (dados INE censos 2021). A sua população eleitoral é de 475 eleitores. (dados MAI – Mapa nº 1/2022 publicado a 1 de março de 2022).

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'J. F. Santos' and 'J. F. Santos'.



III – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M. L. de S.', 'R. S.', and 'J. P. R.'.

Ilustração 1 - Estrutura Organizacional Órgão Executivo

IV – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

ÓRGÃO EXECUTIVO

A composição do órgão executivo da junta, responsável pelo exercício de 2022, é a representada na seguinte tabela.

TITULAR	CARGO
Fernando Manuel Andrade Silva	Presidente
Elisabete Manuela Cabral Batista	Secretário/a
Carla Maria Machado da Silva Alvernaz	Tesoureiro/a

Tabela 1 - Composição do Órgão Executivo

De acordo com o disposto no artigo 16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Junta de Freguesia Santa Luzia, entre outras:

- Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;



- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as opções do plano e a proposta do orçamento;
- Elaborar e submeter a aprovação da assembleia de freguesia ou do plenário de cidadãos eleitores as revisões às opções do plano e ao orçamento;
- Executar as opções do plano e orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, quando aplicável nos termos da lei, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação do órgão deliberativo;
- Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas da freguesia.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

ÓRGÃO DELIBERATIVO

O órgão deliberativo da freguesia, constitui a Assembleia de Freguesia, apresentando a seguinte composição:

TITULAR	CARGO
António Pereira Veríssimo	Presidente
Ângela Fernanda Serpa Valeroso	1º Secretário/a
Tatiana Patrícia da Silva Borges	2º Secretário/a
Paulo Orlando Vieira Menezes	Membro
Gonçalo Machado Alvernaz	Membro
Daciano Eduardo Ponte Luís	Membro
Nelson Miguel da Silva Furtado	Membro

Tabela 2- Composição do Órgão Deliberativo

Compete à Assembleia de Freguesia, nomeadamente:

- Acompanhar e fiscalizar a atividade da freguesia, sem prejuízo do exercício normal da competência desta;
- Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da junta acerca da atividade por si ou pela junta exercida, no âmbito da competência própria ou delegada, bem como da situação financeira da freguesia;
- Aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões;



- Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
 - Aprovar, nos termos da lei, os quadros de pessoal dos diferentes serviços da freguesia;
- Estabelecer as normas gerais de administração do património da freguesia ou sob sua jurisdição.

VII – MAPA DE PESSOAL

MAPA-RESUMO DOS POSTOS DE TRABALHO, POR CARGO/CARREIRA/CATEGORIA

ANO: 2022

Cargo/Carreira/Categoria	Número de postos de trabalho	OBSERVAÇÕES (a)/(b)
TOTAL	0	

Quadro 1 - Mapa de Pessoal

VIII – POLÍTICA ORÇAMENTAL

Os documentos previsionais, nomeadamente o Orçamento e Plano Plurianual e o Plano Plurianual de Investimentos, constituem um instrumento primordial para a gestão autárquica, pois estão neles definidas as linhas de desenvolvimento estratégico a médio e longo prazo e a política financeira a curto prazo.

O Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos permitem conhecer as previsões estabelecidas pelos órgãos representativos da freguesia, para uma determinada gerência económica.

Análise Financeira

Seguidamente apresenta-se a análise à estrutura e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia.

O Orçamento corrigido, a 31/12/2022, apresenta a seguinte composição:



RECEITAS			DESPESAS		
		%			%
Saldo gerência anterior	33 159,16 €	13,84%	Despesas correntes	112 080,21 €	46,79%
Receitas correntes	106 658,00 €	44,52%	Despesas de capital	127 474,95 €	53,21%
Receitas de capital	99 738,00 €	41,63%			
Total	239 555,16 €	100,00%	Total	239 555,16 €	100,00%

Situação orçamental - Receita

As receitas arrecadadas no ano de 2022 totalizaram o montante de 199.543,26 euros, de um total previsto de 239.555,16 euros constituído por €199.543,26 euros de receitas orçamentais e por €33.159,16 euros do saldo da gerência anterior, sendo a sua composição de (47,01%) de receitas correntes e (52,99%) de receitas de capital, correspondendo a uma execução superior em 62.279,26 euros ao orçamento inicial que foi no total de 137.264,00 euros.

Receitas		
Receitas Correntes		
	Valor	%
01 - Impostos Directos.....	7 588,60	3,26%
02 - Impostos Indirectos.....	0,00	0,00%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades.....	485,59	0,21%
05 - Rendimentos da Propriedade.....	0,00	0,00%
06 - Transferências Correntes.....	100 882,75	43,35%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes.....	425,00	0,18%
08 - Outras Receitas Correntes.....	0,00	0,00%
Total de Receitas Correntes	109 381,94	47,01%
Receitas de Capital		
	Valor	%
09 - Venda de Bens de Investimento.....	5 000,00	2,15%
10 - Transferências de Capital.....	85 161,32	36,60%
11 - Activos Financeiros.....	0,00	0,00%
12 - Passivos Financeiros.....	0,00	0,00%
13 - Outras Receitas de Capital.....	0,00	0,00%
15 - Reposições não Abatidas nos Pagamentos.....	0,00	0,00%
16 - Saldo da Gerência Anterior.....	33 159,16	14,25%
Total de Receitas de Capital	123 320,48	52,99%
Total de Receitas: 232 702,42		



Situação orçamental - Despesa

As despesas totais ascenderam a 153.857,01 euros de um total previsto de 239.555,16 euros correspondendo a uma execução superior em 16.593,01 euros ao orçamento inicial previsto de 137.264,00 euros.

Do total de despesas ocorridas no ano de 2022, 49,93% referem-se a despesas correntes e 50,07% a despesas de capital traduzindo-se respetivamente em 76.825,83 euros e 77.031,18 euros.

Despesas		
Despesas Correntes		
	Valor	%
01 - Despesas com o Pessoal.....	14 334,12	9,32%
02 - Aquisição de Bens e Serviços.....	48 911,60	31,79%
03 - Juros e Outros Encargos.....	0,00	0,00%
04 - Transferências Correntes.....	13 306,57	8,65%
05 - Subsídios.....	0,00	0,00%
06 - Outras Despesas Correntes.....	273,54	0,18%
Total de Despesas Correntes	76 825,83	49,93%
Despesas de Capital		
	Valor	%
07 - Aquisição de Bens de Capital.....	77 031,18	50,07%
08 - Transferências de Capital.....	0,00	0,00%
09 - Activos Financeiros.....	0,00	0,00%
10 - Passivos Financeiros.....	0,00	0,00%
11 - Outras Despesas de Capital.....	0,00	0,00%
Total de Despesas de Capital	77 031,18	50,07%
Total de Despesas : 153 857,01		

As despesas correntes não excederam as receitas correntes respeitando assim o princípio do equilíbrio orçamental constante do art.º 40.º da RFALEI.



A Síntese das Reconciliações Bancárias demonstra que:

Banco	Instituição Bancária		Saldo em 31/12/2022	Operações em trânsito-A adicionar	Operações em trânsito-A subtrair	Saldo contabilístico
	Nº de conta					
CGD	744001071230	CGD	15 348,28	136,82	0,00	15 485,10
SANTANDER	806715402020	SANTAND	63 374,21	0,00	13,90	63 360,31

As Contas à Ordem 744001071230 da CGD e 806715402020 do Santander apresentam divergência de valores justificada pelos movimentos em transito a 31 de dezembro.

Aplicações legais

Princípios e Regras Orçamentais

A Junta de Freguesia de Santa Luzia cumpriu durante o ano de 2022 os princípios e regras orçamentais consagrados na Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro).

Nomeadamente a estabilidade orçamental, tendo sido apurado um saldo positivo.

Todas as receitas foram registadas pela importância integral em que foram avaliadas, sem dedução alguma para encargos de cobrança ou de qualquer outra natureza e todas as despesas foram registadas pela sua importância integral, sem qualquer dedução, respeitando deste modo a não compensação da receita e despesa.

As despesas foram inscritas no orçamento, estruturadas em programas, por fonte de financiamento, por classificadores orgânico, funcional e económico. As receitas foram registadas por classificador económico e fonte de financiamento.

A Junta de Freguesia cumpre a transparência orçamental disponibilizando informação fiável, completa e atualizada.

Principais Políticas Contabilísticas

As demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26, e são apresentadas em euros.

A informação é preparada na base do acréscimo, onde os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC-AP.

As demonstrações orçamentais apresentam de forma apropriada a posição financeira e orçamental, o desempenho orçamental e os fluxos de caixa da Junta de Freguesia de Santa Luzia,

FREGUESIA DE SANTA LUZIA
RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022



bem como a representação fiel dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios estabelecidos na NCP-26.

Não obstante o referido anteriormente acerca da comparabilidade, sempre que possível a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações orçamentais.

As demonstrações orçamentais estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente relatório. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Investimentos

Plano Plurianual de Investimentos

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Página 1/6

Unidade Orçamental	Nº do Projeto	Designação do Projeto	Classificação Orçamental		Fundo de Realização	Fontes de Financiamento				Data		Montante Previsto			Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %	
			Orgânica	Económica		RC	EP	UC	IMPR	Inicio	Fim	Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total			
1	1014	Adquirição de Ferramentas	05.03	070101	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/03/2022	31/12/2022	57.237,44	1.600,00	60.837,44	0,00	24.244,74	14.244,74	16,02	23,61	
1	2026	Adquirição de Equipamentos Informáticos	01.02	070107	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/03/2022	31/12/2022	1.704,44	350,00	1.854,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	2020	Requalificação do Selo de Jure	02.03	070103101	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/03/2022	31/12/2022	20.714,00	1.920,00	22.634,00	0,00	6.243,40	6.243,40	20,01	10,20	
1	2010	Adquirição de Mobilização do Exercício	01.02	07010101	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2022	31/12/2022	2.044,20	250,00	2.294,20	0,00	1.268,00	1.268,00	60,20	30,16	
1	2028	Adquirição de Software Informático	01.02	070108	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2022	31/12/2022	3.417,84	250,00	3.667,84	0,00	2.423,00	2.423,00	70,30	67,62	
1	2011	Legalização de Móbiles para transporte de Bebidas	02.03	07010201	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2022	31/12/2022	19,00	250,00	269,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	2021	Cancelamento de Arrendamento de Jure para servicos	01.02	070103102	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/03/2022	31/12/2022	664,74	0,00	664,74	0,00	434,84	434,84	78,90	78,10	
1	2022	Construção de mobiliário para adaptação do equipamento para as necessidades do Programa	01.02	07020602	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2022	31/12/2022	80,00	100,00	180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	2023	Adquirição de espaço em ruínas e zona de zona de mesa redonda no sítio Lagoa da Costa	01.02	07020101	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2022	31/12/2022	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	2023	Adquirição de tempo de curso para beber	01.02	07020101	0	0,00	100,00	0,00	0,00	01/01/2022	31/12/2022	60,00	200,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O Plano Plurianual de Investimentos, demonstra no decorrer do mandato as previsões de investimento a realizar na Freguesia, assim sendo no ano de 2022, a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 60,72% no valor total investido de 77.031,18 euros.



Resultado

Conclusão

As limitações de ordem financeira constituem uma realidade à qual a autarquia não pode escapar. As escassas receitas próprias tornam-na demasiado dependente das transferências do Estado, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), das Instituições Públicas e da Câmara Municipal do concelho, através dos protocolos de delegação de competências, bem como de Acordos de Colaboração e Cooperação financeira.

Para fazer face aos atuais constrangimentos financeiros, o controlo das despesas correntes tem sido uma das grandes prioridades.

Apesar destas limitações, a Junta de Freguesia conseguiu, com grande competência, realizar muitos dos objetivos propostos no seu Plano de Atividades para 2022.

Resultado líquido

Analisada a Receita e a Despesa do Ano Económico de 2022, contempla-se que o saldo resultante após o encerramento do ano é de €78.845,41.

Passivos e Ativos

Passivo financeiro:

A 31 de Dezembro existiam dívidas a terceiros a curto prazo no valor de 24.540,04 euros.

Lancamento	Descrição	Valor	V. Pendente	Fornecedor	Nome	Função	Data
678	Execução de tapete em betão betuminoso.	11 859,84	11 859,84	218	Tecnovia Açores		24/10/2022
680	Execução de tapete em betão betuminoso.	6 835,66	6 835,66	218	Tecnovia Açores		24/10/2022
682	Execução de tapete em betão betuminoso.	5 944,54	5 944,54	218	Tecnovia Açores		24/10/2022
		24 640,04	24 640,04				

Lancament	Descrição	Valor	V. Pendent		Nome	Data	Ut. Vencim
1195	Serviço de limpeza referente ao mes d	100,00	100,00		Liliana Raquel Azevedo Xavier	29/12/2022	29/12/2022
		100,00	100,00				

A Junta de Freguesia não possuía empréstimos a 31 de dezembro de 2022.

Ativo financeiro:

A 31 de Dezembro esta Autarquia não possuía receitas por cobrar que ascendiam o valor.



Divergências e Justificativos

Divergências

As peças de relato EC e DPPI não foram enviadas à DGAL através do SISAL por estarem bloqueadas de acordo com a informação reportada no portal da entidade:

«[07/02/2022] Foi inibida a possibilidade de envio ou retificação de informação correspondente às peças de relato EC e DPPI, dado que as mesmas estão num processo de reestruturação, em articulação com entidades externas à DGAL.

Só serão de novo disponibilizadas para envio, quando a estrutura das mesmas for considerada estável.»

À data de encerramento da gerência as mesmas ainda se encontravam encerradas.

Justificativos

No decorrer do ano financeiro de 2022 não ocorreram imprevistos que suscitassem justificativos adicionais a acrescentar, em parte graças ao final da pandemia causada pela COVID19, que durante 2 anos condicionou o funcionamento e operacionalidade desta Autarquia.


Nota Final

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura do tipo autarquia local e por isso sem fins lucrativos (art.º 235º, 237º e 238 da Constituição da República Portuguesa), salientando-se que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos (art.º 238 da Constituição da República Portuguesa e Leis 169/99 de 18 de Setembro e 5-A/2002 de 11 de Janeiro (Competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais) estas revogadas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano económico de 2022 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Santa Luzia, 04 de abril de 2023

O Presidente da Junta



(Fernando Manuel Andrade Silva)